



**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO LEOPOLDO**  
**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024**  
**EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2024**

**EDITAL Nº 13/2024 – DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

A Diretora Geral do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de São Leopoldo – IAPS, Sra. Lilian Silva, no uso de suas atribuições legais, torna público, o que segue:

**1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS.**

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGO PÚBLICO DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Questão 04 – Gabarito mantido.**

Na língua portuguesa, há três conjugações, identificadas pela terminação dos verbos quando no infinitivo, a saber: primeira conjugação: verbos terminados em “ar”; segunda conjugação: verbos terminados em “er”; terceira conjugação: verbos terminados em “ir”. Portanto:

deram – verbo “dar” – primeira conjugação

cometeram – verbo “cometer” – segunda conjugação

fizeram – verbo “fazer” – segunda conjugação

impediram – verbo “impedir” – terceira conjugação

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 05 – Gabarito mantido.**

Na oração analisada, o sujeito é elíptico, pois só o identificamos por meio da desinência do verbo “estar”.

**Questão 10 – Gabarito mantido.**

I – Conforme o primeiro parágrafo, o paciente quer ser ouvido sem pressa. Logo, o texto não **retifica** essa informação.

II – De acordo com o quarto parágrafo, uma aula de história oferece duas possibilidades de encantamento, uma refere-se ao presente; outra, ao futuro.

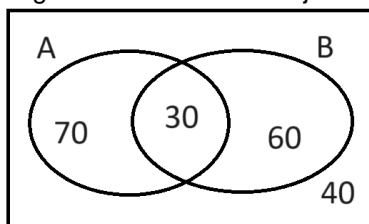
III – Conforme o segundo parágrafo, a afirmativa está correta.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

**Questão 33 – Gabarito mantido.**

Segundo a teoria dos conjuntos, temos:



Logo, 40 clientes dessa pesquisa não possuem nenhuma destas previdências. Portanto, apenas a alternativa A está correta.

## **CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR**

### **LÍNGUA PORTUGUESA**

#### **Questão 02 – Gabarito mantido.**

A leitura atenta do texto não deixa dúvidas de que a afirmação apresentada no item II é incorreta (4º parágrafo). Do mesmo modo, fica nítido que as alternativas I e III podem ser depreendidas do texto.

#### **Questão 04 – Gabarito mantido.**

No contexto em pauta, os vocábulos “entretanto” e “ressalta” encontram correspondência de significado, respectivamente, em “todavia” e “reitera” (letra B). Nas demais alternativas, há pelo menos uma correspondência vocabular inadequada ao contexto referido.

#### **Questão 07 – Gabarito mantido.**

O assunto central do texto não é a análise de um provérbio popular, portanto essa não é a abordagem da introdução. Ademais, a conclusão não aborda a falta de preparo das famílias. Apenas as alternativas II e III estão corretas.

### **LEGISLAÇÃO**

#### **Questão 23 – Gabarito mantido.**

A base legal da questão é art. 26, § 2º, Lei nº 5700/05, que assim preceitua:

A aposentadoria por invalidez terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável. Logo, o enunciado da questão fora bastante claro no sentido de orientar ao candidato que deveria assinalar a alternativa incorreta e a alternativa E é a que **não** condiz ao texto legal, no que tange às exceções requeridas no enunciado.

#### **Questão 24 – Gabarito anulado.**

Por apresentar em seu enunciado o número da lei que diverge do apresentado em edital, a questão será anulada.

### **RACIOCÍNIO LÓGICO**

#### **Questão 27 – Gabarito mantido.**

O sistema monetário brasileiro possui como notas atuais as notas da “Segunda família do real”. Segundo o Banco Central do Brasil, as notas atuais (em 2024) deste sistema são:

Saiba mais sobre as cédulas do real



Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/cedulasemoedas/segundafamilia>>.



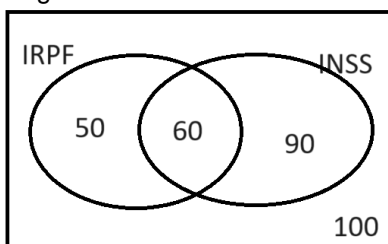
A nota de R\$1,00 não faz parte do sistema brasileiro monetário atual, pertencendo à “Primeira família do real”. Ademais, o enunciado é claro ao solicitar as notas atuais do sistema monetário brasileiro. Portanto, apenas a alternativa B está correta: uma nota de R\$ 100,00, duas notas de R\$ 20,00 e três notas de R\$ 2,00.

**Questão 29 – Gabarito mantido.**

Como a roleta já caiu na letra “P” na primeira rodada, é preciso que na segunda rodada a roleta pare em uma letra diferente, isto é, nas letras “I”, ou “A”, ou “S”. Portanto, são 6 chances favoráveis entre 8 opções, isto é,  $\frac{6}{8} = 75\%$ . Logo, apenas a alternativa D está correta.

**Questão 30 – Gabarito mantido.**

Segundo a teoria dos conjuntos, temos que os dados do enunciado são organizados pelo seguinte diagrama de Venn:



Portanto,  $50 + 90 = 140$  pessoas sabem o que é apenas uma das siglas apresentadas. Logo, apenas a alternativa A está correta.

**Questão 34 – Gabarito mantido.**

Observando as relações entre as grandezas envolvidas, temos a seguinte regra de três composta:

$$\frac{400}{600} = \frac{500}{x} \cdot \frac{100}{120}$$

Resolvendo, obtém-se que  $x = 625$ .

Logo, apenas a alternativa E está correta.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO PÚBLICO**

### **AGENTE PREVIDENCIÁRIO**

**Questão 41 – Gabarito anulado.**

A questão não possui resposta correta, pois o documento “ata” não é apresentado no Manual de Redação da Presidência da República de 2018. Desse modo, a questão merece ser anulada.

**Questão 42 – Gabarito mantido.**

Analisando as afirmativas temos:

A assertiva I está correta pois o princípio da anualidade exige que o orçamento seja executado dentro do ano fiscal, correspondente ao exercício financeiro e que coincide com o ano civil para o qual foi aprovado, com algumas exceções.

A assertiva II está correta pois a execução do orçamento pode incluir a abertura de créditos adicionais, desde que haja autorização por legislação específica.

A assertiva III está correta pois a administração financeira deve garantir o equilíbrio entre receitas e despesas para evitar déficits excessivos.

A assertiva IV está incorreta, pois sugere que o controle externo das finanças públicas é responsabilidade exclusiva do TCU. No entanto, o controle externo inclui não apenas o TCU, mas também outros tribunais de contas estaduais e municipais, conforme as jurisdições. O controle interno é conduzido por vários órgãos, não apenas pelo Ministério da Economia.

Desse modo, apenas a alternativa A contempla as assertivas corretas, mantendo-se o gabarito preliminar.



**Questão 43 – Gabarito mantido.**

O enunciado é claro ao solicitar a alternativa INCORRETA acerca da lei 14.133/2021, desse modo:

A alternativa A está correta porque a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no âmbito das licitações públicas está expressamente prevista no Artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa B está incorreta porque o pregão é uma modalidade de licitação aplicável à aquisição de bens e serviços comuns, mas não a contratações de obras e serviços de engenharia, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Para obras e serviços de engenharia, devem ser utilizadas a modalidade de concorrência, conforme previsto no art. 28 da Lei.

A alternativa C está correta porque a inversão de fases permitida no art.17 da Lei nº 14.133/2021 possibilita que a fase de habilitação seja realizada depois da fase de julgamento das propostas. Isso significa que primeiramente são analisadas as propostas dos licitantes e, em seguida, a documentação de habilitação é verificada apenas para o licitante vencedor.

A alternativa D está correta porque, de acordo com o art. 32 da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação "concurso" é destinada à escolha de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, e a avaliação desses trabalhos é feita por uma comissão especial.

A alternativa E está correta porque a Lei nº 14.133/2021 prevê a contratação direta por dispensa de licitação em situações específicas, incluindo contratações emergenciais e de pequeno valor, conforme estabelecido nos Artigos 74 e 75.

Assim, apenas a letra B atende ao que se pede no enunciado, mantendo-se o gabarito preliminar.

**Questão 46 – Gabarito alterado para letra D.**

Analisando as afirmativas temos:

A assertiva I está correta pois a comprovação do tempo de serviço pode ser feita com documentos como contracheques e contratos de trabalho, desde que devidamente assinados e datados.

A assertiva II está correta pois se André teve períodos de afastamento sem remuneração, eles não devem ser considerados para a comprovação do tempo de contribuição, a menos que ele tenha feito contribuições retroativas para cobrir esses períodos.

A assertiva III está incorreta pois não são considerados os adicionais para fins de aposentadoria, de acordo com o art. 12, Seção II, item VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, bem como bônus não está previsto.

A assertiva IV está correta pois o regime próprio de previdência social deve manter registros detalhados do tempo de contribuição dos servidores.

Desse modo, apenas a alternativa D contempla as assertivas corretas, alterando-se o gabarito preliminar.

**Questão 48 – Gabarito mantido.**

Analisando as afirmativas temos que:

A primeira afirmativa é verdadeira pois um agente previdenciário que gerencia materiais deve garantir que o estoque seja suficiente para as operações diárias, evitando excesso ou falta de suprimentos.

A segunda afirmativa é verdadeira pois a cadeia de suprimentos no contexto previdenciário inclui a aquisição de materiais, distribuição interna e gestão do inventário.

A terceira afirmativa é verdadeira pois uma prática eficaz para a armazenagem envolve a organização física dos materiais de acordo com critérios de frequência de uso, permitindo fácil acesso ao estoque quando necessário.

A quarta afirmativa é falsa pois o controle do estoque precisa ser detalhado, mas também deve permitir flexibilidade para acomodações a partir do gerenciamento de estoques, rotinas, adaptações e emergências.

A quinta afirmativa é falsa pois a logística na administração pública não envolve apenas a movimentação de materiais dentro do órgão, englobando também o planejamento de transporte.

Desse modo, a sequência de preenchimento dos parênteses é V-V-V-F-F contemplado pela letra B, mantendo-se o gabarito preliminar.

**Questão 49 – Gabarito mantido.**

A alternativa "A" está incorreta, pois um sistema cronológico pode dificultar a recuperação de informações específicas, uma vez que não há categorização por tipo de documento ou beneficiário.



A alternativa “B” está incorreta, pois a classificação por ordem alfabética pode criar confusão quando os documentos não possuem uma relação direta com os nomes dos beneficiários. Além disso, ignorar a data de emissão pode levar a problemas de cronologia.

A alternativa “C” está correta, pois ordenar os documentos por categoria, criando seções distintas para diferentes tipos de documentos, facilita a recuperação de informações específicas está correta conforme os princípios gerais de gestão da informação e arquivística. Este método é uma prática recomendada para melhorar a eficiência e a precisão na gestão documental, conforme o livro Gestão da Informação e Arquivística no Contexto Secretarial.

A alternativa “D” está incorreta, pois pode ser confusa, pois a relevância pode ser subjetiva e mudar com o tempo. Além disso, priorizar documentos com ação imediata pode levar ao esquecimento ou à perda de documentos menos urgentes, mas ainda importantes.

A alternativa “E” está incorreta, pois priorizar documentos com base na "importância" pode ser subjetivo e criar uma ordem de arquivamento inconsistente. A eficiência no arquivamento requer um sistema mais estruturado, como classificação por categoria ou tipo de documento.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 50 – Gabarito mantido.**

Analisando as assertivas temos:

Assertiva I está correta pois a Lei Federal nº 9.717/98, art. 1, inciso III, proíbe o uso dos recursos dos regimes próprios de previdência social para empréstimos ou financiamentos, assegurando que esses recursos sejam somente destinados ao pagamento de benefícios. Além disso, por força de interpretação da Lei, a mesma apresenta no art. 6, que é facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1º e, adicionalmente, os seguintes preceitos, como o caso do inciso VIII, que trata sobre a taxa de administração, paga pelos fundos e não pelos recursos próprios da previdência social.

A assertiva II está correta pois a lei exige que os regimes próprios de previdência social mantenham um sistema de controle interno e realizem auditorias periódicas para garantir a correta aplicação dos recursos.

A assertiva III está incorreta, porque a Lei Federal nº 9.717/98 não permite que os regimes próprios de previdência social façam investimentos de alto risco. O uso dos recursos deve ser cauteloso e dentro dos limites da regulamentação, sem comprometer a sustentabilidade do regime.

A assertiva IV incorreta, pois a Lei Federal nº 9.717/98 não autoriza que os regimes próprios de previdência social incluam servidores de empresas públicas e sociedades de economia mista. A cobertura é destinada apenas a servidores públicos estatutários.

Desse modo, apenas a alternativa A contempla as assertivas corretas, mantendo-se o gabarito preliminar.

### **CONTADOR**

#### **Questão 38 – Gabarito mantido.**

O edital prevê o seguinte conteúdo programático: “Orçamento Público: conceito geral, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios, suas divisões e mecanismos retificadores, Processo Orçamentário, Planejamento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA)”. Dessa forma, o conteúdo tratado na questão estava previsto, não incorrendo irregularidades na questão.

#### **Questão 40 – Gabarito mantido.**

O edital prevê o seguinte conteúdo programático: “Auditoria Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria”, dentre as Normas Fundamentais de Auditoria temos a ISSAI 100, de relevância para o cargo. Dessa forma, o conteúdo tratado na questão estava previsto, não incorrendo irregularidades na questão.

#### **Questão 43 – Gabarito mantido.**

A VPD (Variação Patrimonial Diminutiva) Pagas Antecipadamente, deve ser reconhecido no ATIVO, conforme orientação do próprio MCASP, 10ª edição, página 534, pois se trata de adiantamentos que



ficam registrados como ativo, conforme as normas contábeis vigentes. Assim, mantém-se o gabarito preliminar da questão.

**Questão 45 – Gabarito mantido.**

Ainda que a imagem não tenha contemplado a totalidade das contas, as mesmas constam nessa estrutura exclusivamente na Demonstração dos Fluxos de Caixa, não tendo nos outros demonstrativos essa disposição. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 50 – Gabarito mantido.**

O enunciado trata sobre Ajuste a Valor Presente, sendo assim, a única conta da contabilização demonstrada que reflete o Ajuste a Valor Presente é a de Encargos Financeiros a transcorrer, indicada ainda no enunciado, se trata de uma conta redutora do passivo. Sendo assim, as demais alternativas não estão corretas. Dentre os conhecimentos do candidato, a identificação de qual conta se refere ao tema tratado faz parte da interpretação. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**PROCURADOR MUNICIPAL**

**Questão 37 – Gabarito mantido.**

Após análise dos recursos interpostos, a alternativa “C” está correta conforme os termos da Lei Nº 7.347/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 11.448/2007.

O Art. 5º da Lei Nº 7.347/1985, com redação dada pela Lei Nº 11.448/2007, dispõe claramente que têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar o Ministério Público, a Defensoria Pública, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações que cumpram determinados requisitos. A alternativa “C” abrange a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações, exatamente como previsto na lei. A omissão do Ministério Público e da Defensoria Pública na alternativa “C” não invalida a resposta, uma vez que a pergunta visa identificar as entidades mencionadas, e a alternativa cobre um conjunto significativo desses entes.

A resposta correta não necessita listar exaustivamente todas as entidades legitimadas. O foco da questão é identificar se as entidades citadas estão incluídas no rol da Lei Nº 7.347/1985, o que a alternativa “C” faz corretamente ao mencionar a maioria dos entes relevantes, excetuando apenas algumas entidades, cuja inclusão não invalida a adequação da resposta.

A alegação de que a descrição genérica das associações na alternativa “C” torna a resposta incorreta não se sustenta, pois a inclusão da associação entre os legitimados é adequada, considerando que os requisitos específicos são detalhados na própria lei e não precisam estar exaustivamente descritos na alternativa da questão.

A alternativa “C” menciona a conjunção “e”, indicando a inclusão de múltiplas entidades legitimadas, sem sugerir um rol taxativo ou excludente. Essa formulação está em conformidade com a interpretação legislativa do Art. 5º da Lei Nº 7.347/1985. A alternativa “C” está correta ao mencionar a maioria dos entes públicos e associações que têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, conforme o Art. 5º da Lei Nº 7.347/1985, com as alterações da Lei Nº 11.448/2007. A inclusão de outros entes ou a omissão de alguns não desqualifica a alternativa, uma vez que ela cobre os principais legitimados.

**Questão 40 – Gabarito mantido.**

O Art. 11 da Lei Nº 12.527/2011 dispõe que, quando não for possível conceder o acesso imediato à informação, o órgão ou entidade pública deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

A alternativa “B” menciona corretamente o prazo de 20 dias e os procedimentos que devem ser seguidos pelo órgão ou entidade pública, conforme previsto na lei. Isso inclui a indicação das razões da recusa, total ou parcial, do acesso; a comunicação de que não possui a informação e a indicação do órgão competente ou a remessa do pedido ao órgão que a detém. A essência e a clareza do



procedimento previsto na lei são mantidas na descrição da alternativa “B”. A redação não precisa reproduzir o texto legal literalmente, desde que a interpretação e os procedimentos estejam corretos. A questão visa testar o conhecimento do candidato sobre os procedimentos gerais a serem seguidos pelos órgãos públicos e não exige uma descrição exaustiva de todos os detalhes.

A alternativa “B” está correta ao mencionar os procedimentos que devem ser seguidos por um órgão ou entidade pública quando não é possível conceder acesso imediato à informação solicitada, conforme o Art. 11 da Lei Nº 12.527/2011. A inclusão ou omissão de termos específicos não invalida a adequação da resposta, uma vez que os procedimentos fundamentais estão contemplados.

**Questão 41 – Gabarito mantido.**

O Art. 32 da Lei Nº 12.527/2011 dispõe sobre as condutas ilícitas que ensejam a responsabilização do agente público ou militar. Este artigo detalha que, entre outras condutas, recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da lei, retardar deliberadamente o fornecimento, ou fornecê-la de forma incorreta, incompleta ou imprecisa, são passíveis de responsabilizações disciplinares e por improbidade administrativa. O parágrafo 1º do Art. 32 diferencia as penalidades aplicáveis aos agentes públicos e aos militares. Ele especifica que as condutas ilícitas podem ser consideradas transgressões militares médias ou graves ou infrações administrativas, dependendo do caso. Assim, a alternativa “B” está correta ao mencionar que tanto os agentes públicos quanto os militares podem ser responsabilizados, conforme os regulamentos disciplinares das Forças Armadas ou a Lei Nº 8.112/1990 para os servidores civis, pois reflete corretamente as disposições do Art. 32, que prevê a responsabilização para ambos os tipos de agentes, com a menção específica de que as condutas descritas podem resultar em improbidade administrativa para ambos. A formulação da alternativa engloba corretamente as possíveis consequências legais previstas na lei. Logo, está em conformidade com o que dispõe o Art. 32 da Lei Nº 12.527/2011, refletindo adequadamente as responsabilidades e sanções aplicáveis tanto a agentes públicos quanto a militares.

**Questão 45 – Gabarito mantido.**

O Art. 428, I, do Código Civil Brasileiro estabelece que uma proposta feita sem prazo a uma pessoa presente deixa de ser obrigatória se não for imediatamente aceita. Este é o dispositivo específico que trata da obrigatoriedade da proposta no caso de aceitação imediata, ou falta dela, quando a proposta é feita a uma pessoa presente.

O Art. 431 do Código Civil aborda uma situação distinta, relacionada à aceitação fora do prazo, com adições, restrições ou modificações, configurando uma nova proposta. No entanto, a questão em análise não se refere à modificação da proposta original ou à formação de uma contraproposta, mas sim à obrigatoriedade da proposta feita sem prazo a uma pessoa presente. A contraproposta ou modificação da proposta original é um conceito diferente que não altera a interpretação da situação específica apresentada no Art. 428, I. A questão pediu uma análise baseada na situação em que uma proposta feita a uma pessoa presente deixa de ser obrigatória. A alternativa “D” reflete corretamente o disposto no Art. 428, I, sem necessidade de considerar outros dispositivos que tratam de situações diferentes, como o caso de uma contraproposta mencionada no Art. 431.

Ademais, a alternativa “C”, mencionada no recurso, refere-se a uma situação em que há modificação na proposta original, o que não se aplica diretamente ao contexto da questão em análise. A situação apresentada pela questão é resolvida pelo Art. 428, I, e a resposta correta é a alternativa “D”.

**Questão 47 – Gabarito mantido.**

O Art. 33 da Lei Nº 6.830/1980 dispõe que o juízo deve comunicar à repartição competente da Fazenda Pública a decisão final que der por improcedente a execução, total ou parcialmente, para fins de averbação no Registro da Dívida Ativa. Portanto, a alternativa “B” está em conformidade com a legislação vigente.

A alternativa “B” menciona corretamente que as decisões finais que resultam na improcedência total ou parcial da execução fiscal devem ser comunicadas pelo juízo à repartição competente da Fazenda Pública, alinhando-se ao disposto no Art. 33 da Lei Nº 6.830/1980.

A essência e a clareza do procedimento previsto na lei são mantidas na descrição da alternativa “B”. A redação não precisa reproduzir o texto legal literalmente, desde que a interpretação e os procedimentos estejam corretos.

Ainda, cabe ressaltar que a alternativa “D” está incorreta, pois o Art. 39 da Lei Nº 6.830/1980 estipula que a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. Embora o parágrafo único do Art. 39 mencione que a Fazenda Pública, se vencida, ressarcirá o valor das despesas feitas



pela parte contrária, isso não implica que ela está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos como qualquer outra parte. Assim, a alternativa “D” não está correta no contexto da questão. A alternativa “B” está correta ao mencionar os procedimentos que devem ser seguidos pelo juízo quando há improcedência total ou parcial da execução fiscal, conforme o Art. 33 da Lei Nº 6.830/1980. A inclusão ou omissão de termos específicos não invalida a adequação da resposta, uma vez que os procedimentos fundamentais estão contemplados.

**Questão 48 – Gabarito mantido.**

O Art. 4º da Lei Nº 8.212/1991 dispõe que a Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, independentemente de contribuição à Seguridade Social. Essa assistência é garantida a todos os cidadãos, conforme os princípios da dignidade da pessoa humana.

O Art. 203 da Constituição Federal menciona que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social. A expressão "quem dela necessitar" está implícita na ideia de que a Assistência Social é garantida a todos os cidadãos que dela precisarem, não excluindo nenhum cidadão que esteja em situação de necessidade. A universalidade da cobertura e do atendimento, mencionada na alternativa "D", refere-se ao princípio geral da Seguridade Social, abrangendo saúde, previdência e assistência social. No entanto, a questão aborda especificamente a Assistência Social, que é garantida independentemente de contribuição, como corretamente indicado na alternativa “C”.

A questão foca no direito à assistência social e não na especificidade dos valores dos benefícios previdenciários. A alternativa “C” está correta ao refletir o disposto na Lei Nº 8.212/1991 e na Constituição Federal, que asseguram o atendimento das necessidades básicas a todos os cidadãos que necessitam, independentemente de contribuição.

**Questão 49 – Gabarito mantido.**

O Art. 2º, §1º, da Lei Nº 12.153/2009 estabelece que os Juizados Especiais da Fazenda Pública não são responsáveis pela execução fiscal. Essa exclusão é claramente definida no texto legal, que delimita a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

A alternativa “D” menciona corretamente que as execuções fiscais estão excluídas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, conforme explicitado no Art. 2º, §1º, da Lei Nº 12.153/2009.

A alternativa “C” é incorreta pois, embora o Art. 2º, §4º, estabeleça que a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública é absoluta no foro onde estiverem instalados para causas cíveis de interesse dos entes públicos até o valor de 60 salários mínimos, essa competência não é universal, pois a formulação da alternativa sugere que todas as causas cíveis de interesse dos entes públicos devem ser processadas nesses juizados, o que não é verdade devido às exclusões listadas no §1º do mesmo artigo.

As alternativas “B” e “E” estão incorretas, pois as ações de mandado de segurança e demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos estão explicitamente excluídas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, conforme o Art. 2º, §1º, I, da Lei Nº 12.153/2009.

A alternativa “A” está incorreta porque o Art. 2º, §1º, II da Lei Nº 12.153/2009 exclui expressamente as causas sobre bens imóveis dos entes públicos da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Desse modo, alternativa “D” está correta ao refletir o disposto na Lei Nº 12.153/2009, que exclui a execução fiscal da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. A inclusão ou omissão de termos específicos não invalida a adequação da resposta, uma vez que os procedimentos fundamentais estão contemplados.

**São Leopoldo/RS, em 20 de agosto de 2024.**

**Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de São Leopoldo – IAPS**  
**Diretora Geral Sra. Lilian Silva**